**PAPEL DO CONSELHO ESCOLAR COMO ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Antonio Anderson Brito do Nascimento

Graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [andersonb.nascimentto@gmail.com](mailto:andersonb.nascimentto@gmail.com)

Francisca Natália da Silva

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional

(PPGEP/IFRN)

Email: [natalia\_silva\_18@gmail.com](mailto:natalia_silva_18@gmail.com)

Priscila Pereira da Silva

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [priiscila\_siilva@hotmail.com](mailto:priiscila_siilva@hotmail.com)

Maiara Batista de Sousa

Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: [maiara.bsousa@outlook.com](mailto:maiara.bsousa@outlook.com)

**RESUMO:** Neste trabalho, buscamos discutir a formação do conselho escolar e suas atribuições em uma unidade de educação infantil, integrante da rede de ensino de Mossoró/RN. Compreendendo que se trata de uma realidade complexa e permeada pelas contradições sócio históricas. A pesquisa resulta das pesquisas desenvolvidas no componente curricular Práticas Pedagógicas Programadas, do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Como percurso metodológico, adotou-se uma revisão bibliográfica dos conceitos de Gestão escolar, Conselho escolar, gestão democrática Adrião e Camargo (2002); Betini (2005); Dourado (2007). Além disso, na análise documental buscamos embasamento no Projeto Político Pedagógico, na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Já na pesquisa de campo, foi realizado entrevista semiestruturada em uma Unidade de Educação Infantil (UEI) da rede de ensino de Mossoró/RN, tendo como sujeitos da pesquisa a diretora e uma professora. Por fim, consideramos que o Conselho Escolar tem buscado atingir suas funções sociais estabelecidas nos documentos orientadores, bem como sua função social de proporcionar ambientes mais democráticos.

**Palavras-Chave:** Gestão escolar. Conselho escolar. Gestão democrática.

**INTRODUÇÃO**

Ao estudarmos a gestão educacional no Brasil podemos identificar mudanças significativas em suas formas, concepções e organizações, principalmente, nas últimas décadas, pois “coloca na agenda da política educacional a necessidade de rever o padrão de administração adotado para gerir os sistemas educacionais em todos os níveis” (NETO, 2009, p.196). Essa ruptura resultou nas descentralizações de hierarquias existentes nos espaços escolares e firmou estratégias voltadas para articulações nos processos educacionais entre todos os envolvidos nas unidades de ensino.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), no Art. 14, define-se que cada sistema de ensino definirão as normas da gestão democrática, respeitando suas peculiaridades e seguindo os seguintes princípios: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996, p.05).

Nessa perspectiva, podemos perceber dois instrumentos que viabilizariam um ensino com base nos princípios democráticos, sendo destacado a elaboração do Projeto Político Pedagógico e instituição dos conselhos escolares. Todavia, Adrião e Camargo (2002) analisam algumas contradições dos princípios estabelecidos nesses instrumentos legal, enfatizando que a LDB restringe a gestão democrática apenas ao ensino público, excluindo as unidades ligadas a esfera privada. Além disso, nada mais obvio do que cada sistema de ensino elaborar suas propostas pedagógicas e as escolhas da comunidade serem orientadas a partir dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino aprendizagem.

Portanto, destaca-se a necessidade de adequação dos documentos orientadores ampliarem concepções de gestão democráticas, pois na “gestão democrática os processos de decisão são compartilhados, o que supõe metas e objetivos coletivos, mas também há de se ter bem definida as reponsabilidades individuais e coletivas” (GIL, 2013, p.10). Contudo, aponta-se como indispensáveis a articulação de diferentes agentes na comunidade escolar.

Dentre os objetivos e estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), que vigora de 2014 a 2024, está a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, a participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. Esses conselhos têm atribuições que fazem parte do processo democrático de divisão de direitos e responsabilidades no processo de gestão escolar.

Buscamos, neste trabalho, discutir a formação do conselho escolar e suas atribuições em uma Unidade de Educação Infantil (UEI), integrante da rede de ensino da cidade de Mossoró/RN. Compreendendo que se trata de uma realidade complexa e permeada pelas contradições sócio históricas.

A pesquisa resulta do componente curricular Práticas Pedagógicas Programadas (PPP), componente obrigatório do quarto período do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

O trabalho adota a abordagem qualitativa por compreender que favorece a percepção das relações humanas e as peculiaridades sociais no contexto da empiria (GODOY, 1995). Dessa maneira, metodologicamente isso significa compreender as conexões orgânicas, ou seja, das instâncias da realidade no processo de constituição da totalidade parcial. (MINAYO, 2000). Para isso, o desenvolvimento do estudo ocorreu por meio de revisão bibliográfica da literatura sobre a temática, pesquisa documental e pesquisa de campo na qual utilizamos de um questionário misto com perguntas abertas e fechadas.

Na revisão bibliográfica discutimos os conceitos de Gestão escolar, Conselho escolar e Gestão democrática, tendo como aparato teórico autores como, Adrião e Camargo (2002); Betini (2005); Dourado (2007). Além disso, na análise documental buscamos embasamento no Projeto Político Pedagógico (PPP), na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024). Já na pesquisa de campo, foi realizado entrevista semiestruturada em uma Unidade de Educação Infantil (UEI) da rede de ensino da cidade de Mossoró/RN, tendo como sujeitos da pesquisa a diretora e uma professora da instituição.

**ARTICULAÇÕES DEMOCRÁTICAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA**

O conselho escolar pode ser identificado como um importante instrumento na realização de uma gestão democrática, de modo que viabiliza mobilizações coletivas em prol de objetivos comuns, no caso da Educação Básica, destaca-se a busca pela qualidade do ensino. Na busca por estabelecer relações mais democráticas nos contextos escolares o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, define providências, em suas metas e estratégias, para criar mecanismos de participação popular na organização do ensino brasileiro. Assim, define, na Meta 19, que os sistemas de ensino deverão dispor de “condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União” (BRASIL, 2014, p.82).

A delimitação da meta 19 representa estabelecer um diálogo com os diferentes segmentos que integram a relação escola e sociedade. Para isso, faz-se necessário o estabelecimento de estratégias que visem atender as metas estabelecidas, inicialmente, portanto, o PNE (2014-2014) propõe na estratégia 19.2

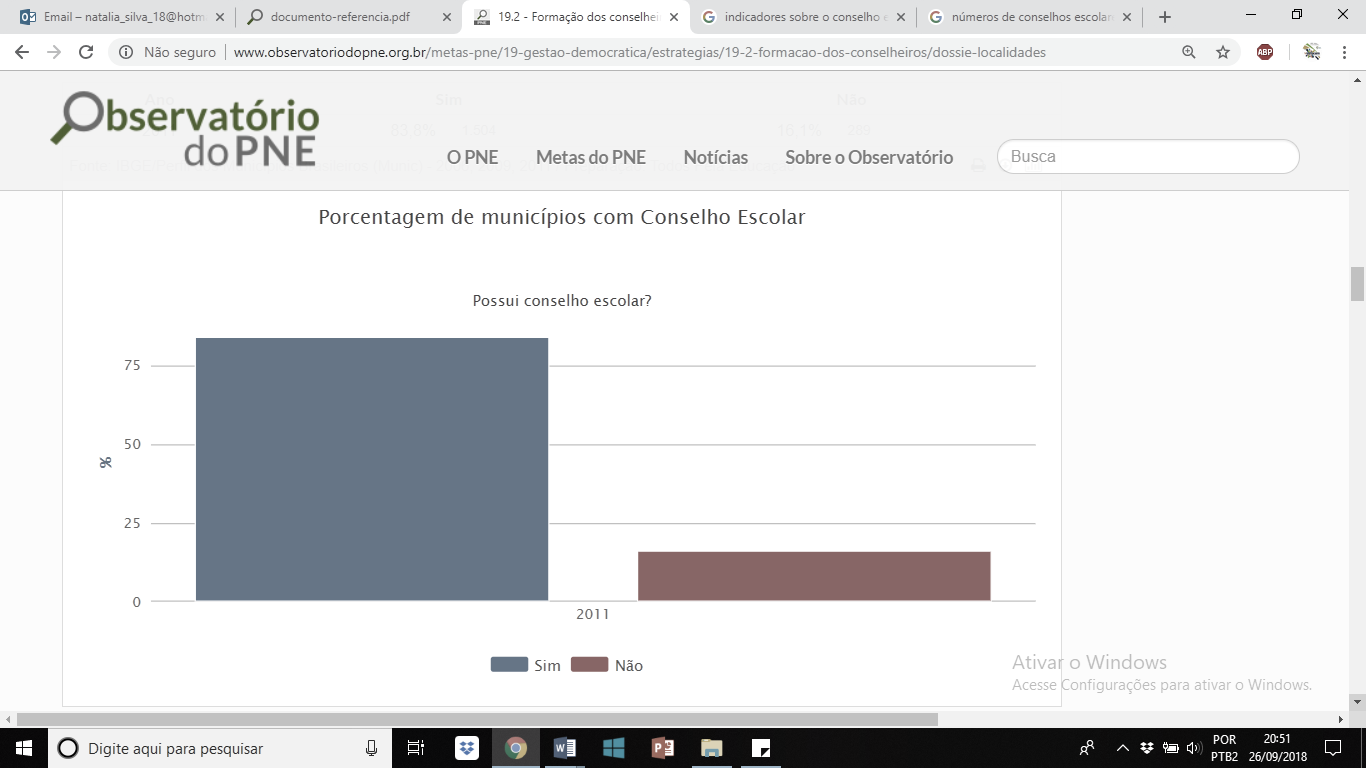
ampliar os programas de apoio e formação aos(às) conselheiros(as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções (BRASIL, 2014, P.83).

Nesse sentido, o processo de formação do conselho escolar aparece como uma estratégia para contribuir na implementação das políticas educacionais, garantindo assim o acesso e permanência com uma qualidade socialmente referenciada. Assim, assume o papel de controle social, além de acompanhar a prática educativa.

Dentre esses espaços, o Conselho Escolar se destaca, dado que sua participação está ligada, prioritariamente, à essência do trabalho escolar, isto é, ao desenvolvimento da prática educativa, em que o processo ensino aprendizagem é sua focalização principal, sua tarefa mais importante. Nesse sentido, sua função é, fundamentalmente, político-pedagógica (BRASIL, 2004, p.11).

Na prática analisada, consta-se que o Conselho Escolar é formado pelos seguintes membros: gestora, supervisora, uma professora, representante da comunidade (mãe) e um funcionário dos serviços gerais, sendo estabelecido, como dinâmica de trabalho, encontros mensais e convocações extraordinárias, quando necessário. Ou seja, em seu corpo apresenta participantes com diferentes fazeres no âmbito escolar, propiciando diferentes visões para o processo de tomadas de decisões.

Ao serem questionado sobre a dinâmica de formação do Conselho, os membros da UEI destacaram que ocorre por meio de eleição, assim, o Conselho Escolar assume o papel de organizar uma comissão em que integre pais, alunos e funcionários. O conselho também desempenha um papel importante, pois delibera ações que acontece na escola: “Ele não serve simplesmente para só redigir atas, tem que ser realmente atuantes. [...] fiscaliza todas as ações desde a estrutura até o pedagógico tem que passar pelo conselho escolar” (PROFESSORA, 2017). Ato que acontece em muitas escolas da rede municipal de ensino.

**Gráfico 01: porcentagem de munícios com Conselhos Escolares**

**Fonte:** IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic) - 2006, 2009, 2011 / Preparação: Todos Pela Educação[[1]](#footnote-1)

Os dados disponibilizados na plataforma do Observatório[[2]](#footnote-2) do Plano ;nacional de Educação, indicando que 83,8% dos Municípios registram conselhos escolares ativos. Dessa maneira, conseguimos observar um avanço significativo na oficialização dos espaços de discussão, cabendo-nos questionar sobre a participação dos sujeitos que devem integrar esses espaços e a atuação como agente de transformação nos contextos de disputas e embates que envolvem as finalidades educacionais.

Com isso, são responsabilidades do conselho: elaborar o Regimento Interno do Conselho Escolar; convocar assembleias-gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos; garantir a participação das comunidades escolar e local na definição do projeto político pedagógico da unidade escolar; promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura da comunidade local; propor e coordenar alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente; participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar; acompanhar a evolução dos indicadores educacionais, propondo, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar; elaborar o plano de formação continuada dos conselheiros escolares e fiscalizar a gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar (DOURADO, 2007).

Dessa maneira, buscamos conhecer, na Unidade investigada, como acontece a participação dos sujeitos envolvidos diretamente com o Conselho Escolar. Em sua fala, ainda enfatiza como a acontece a participação dos professores na tomada de decisões na escola.

Os professores sempre participam das tomadas de decisões, até na compra de coisas para escola. Quando participam em assembleia, nós professores temos um representante da nossa categoria do conselho escolar que nos representa então. Tudo que acontece no conselho escolar esse professor que representa a nossa classe, passa para a gente. O que foi discutido, o que está em pauta [...] (PROFESSORA, 2017).

De acordo com a supracitada, a qual é muito segura em sua fala ao dizer que os anseios dos professores passam a ser representados pelo professor que integra a equipe do conselho, assim como ocorre com os demais seguimentos. Dessa maneira, “O conselho escolar se configura, portanto, como órgão de representação da comunidade escolar e, desse modo, visa à construção de uma cultura de participação, constituindo-se em espaço de aprendizado do jogo político democrático e de formação político-pedagógica” (DOURADO, 2007, p. 03).

Tal perspectiva, deve ser contemplada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, uma vez que se caracteriza como instrumento de democratização das relações nos espaços escolares, estabelecendo atividades, objetivos de um ano letivo, metas, função da escola e estratégias a serem adotadas em função do rumo nas ações da escola. Neste sentido, “a gestão do projeto político-pedagógico se realiza não somente durante o seu acompanhamento, mas também durante a sua elaboração.” (BETINI, 2005, p. 41).

Dessa maneira, a representação da gestão acrescenta que a atualização do PPP da

escola ocorre com a participação dos “(...) docentes, representantes do núcleo escolar, gestão e demais funcionários. Assim, toda a comunidade escolar participa porque todo ano ele precisa ser elaborar a proposta pedagógica na escola, toda a comunidade interna e externa contribui na tomada de decisão. atualizado” (GESTORA, 2017). Observamos, por meio do discurso da entrevistada, que ao elaborar a proposta pedagógica na escola, toda a comunidade interna e externa contribui.

“O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo.” (FREITAS et al 2004, p. 69). Com isso, a materialização da democracia acontece por meio das manifestações dos anseios e desejos dos diferentes seguimentos, e para que isso aconteça existe a necessidade da efetuação desse processo participativo e discussões coletivas para a tomada de decisões.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a perspectiva de discutir a formação do conselho escolar e suas atribuições em uma unidade de educação infantil (UEI), integrante da rede de ensino da cidade de Mossoró/RN. Consideramos, com base na fala da gestora e docente dos lócus de pesquisa, que o conselho é formado pelos diferentes seguimentos que integram a comunidade escolar, ação que faz parte da essência desse órgão.

Além disso, percebemos que o Conselho Escolar tem buscado atingir suas funções sociais estabelecidas nos documentos orientadores, bem como sua função social de proporcionar ambientes mais democráticos e de direito. Portanto, amenizar as discrepâncias existentes nos espaços escolares, estabelecendo articulações entre os espaços escolares e a comunidade externa são necessárias, estas que estão cada vez mais atuantes no incentivo de tomadas de decisões coletivamente. Pesquisar e enfatizar esse órgão do/nos ambientes escolares, é propiciar novos olhares para as ações que este realiza, as quais tem relevância significativa para todo o corpo escolar.

**REFERÊNCIAS**

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (orgs.). Gestão, financiamento e direito à educação. Análise da LDB e Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2002.

BRASIL/MEC. LEI nº 9394, de 20/12/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2014.

BETINI, Geraldo Antonio. **A construção do Projeto Político Pedagógico da escola.** Rev. Ped. – UNIPINHAL – Espírito Santo do Pinhal – SP, v 01, n 03, jan./dez. 2005

BRASIL, Programa Nacional de Fortalecimento dos conselhos escolares, caderno 2: **conselho escolar e aprendizagem na escola.** Brasília – DF, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.,** Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas**. In: Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004

GIL, Raquel Mattos. **OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE.** Cadernos PDE. Volume II. ISBN 978-85-8015-075-9.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

NETO, CABRAL A. **Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias.** In: FRANÇA, M.; BEZERRA, M. C. Política Educacional: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Líber livro, 2009.

1. Gráfico disponibilizado no Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE). [↑](#footnote-ref-1)
2. Lançado em 2013, o Observatório do PNE é uma plataforma de advocacy e monitoramento pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como objetivo contribuir para que ele se mantenha vivo e cumpra seu papel como agenda norteadora das políticas educacionais no País. A iniciativa conta com um site (www.opne.org.br), que traz indicadores de monitoramento das metas e estratégias do plano, além de análises, um extenso acervo de estudos, pesquisas, notícias relacionadas aos temas educacionais por ele contemplados e informações sobre políticas públicas educacionais. [↑](#footnote-ref-2)